

---

## REPRESSÃO E UTOPIA NA TEORIA CRÍTICA

MARIA ÉRRIA CÁSSIA CARNAUBAU

### RESUMO

Nesse artigo tentaremos apresentar a tese de que é necessário ainda recolocar os conceitos de repressão e utopia no debate atual da Teoria Crítica, uma vez que: a) se um dos horizontes da Teoria Crítica é a emancipação. Deveríamos, portanto, questionar: emancipação de que se já não se fala mais em repressão? b) partindo ainda desse horizonte de emancipação, como seria possível vislumbrá-la sem ser utópico? Reconstruir a história desses conceitos será nossa tarefa, além de mostrar que ambos os conceitos são um legado filosófico e político da persistência desse autor que defendeu até o fim de sua vida o fim da repressão abusiva e a busca de um mundo emancipado: Herbert Marcuse. Sem nos esquecermos, porém, de situá-lo em seu contexto da Teoria Crítica. Para nos ajudar no resgate dessa temática contamos com Judith Butler que, em *Problemas de Gênero*, faz jus à volta da temática da repressão e com a Seyla Benhabib que, elege a utopia como um dos temas mais importantes a serem tratados pela Teoria Crítica em seu *Critique, Norm and Utopia*.

**Palavras-chave:** utopia, repressão, teoria crítica.

*REPRESSION AND UTOPIA IN CRITICAL THEORY.*

### ABSTRACT

In this article we will attempt to present the thesis that it is still necessary

to replace the concepts of repression and utopia in the current debate of Critical Theory, since: a) if one of the horizons of Critical Theory is emancipation. We should therefore ask: Where does the emancipation but of repression? b) starting even this horizon of emancipation, how could we glimpse it without being utopian? Reconstruct the history of these concepts will be our task, and show that both concepts are a legacy of philosophical and political persistence of this author who defended until the end of his life an end to repression and abuse seek a world emancipated: Herbert Marcuse. Without forgetting, however, to place it in context of Critical Theory. To help us in this rescue theme we have that Judith Butler, in *Gender Trouble*, unflattering around the theme of repression and with Benhabib that elects utopia as one of the most important issues to be addressed by Critical Theory in its *Critique, Norm and Utopia*.

**Keywords:** utopia, repression, critical theory.

### *(I) Breve exposição da gênese da repressão na Teoria Crítica*

O freudismo dos anos de 1920 foi incorporado nas discussões que circunscreviam a Teoria Crítica. Com a inauguração do *Instituto Psicanalítico de Frankfurt*, o debate sobre psicanálise e teoria social ganhou cada vez mais força<sup>1</sup>. Desde então, Fromm, Horkheimer e a primeira geração da Teoria Crítica elaboraram teorias sobre o papel da psicanálise dentro de uma teoria social. É nesse momento que Herbert Marcuse também esboça suas primeiras reflexões sobre essa temática que irá aproximá-lo de Horkheimer e, depois afastar Fromm do Instituto. Com a publicação de *Eros e Civilização*, fixou-se um novo estatuto do freudismo na Teoria Crítica, pois a partir dessa obra fica explícita a recusa a interpretação revisionista Freud, da qual Horkheimer compartilha. Logo após, é publicada a *Dialética do Esclarecimento* que corrobora os argumentos de *Eros*, porém Adorno e Horkheimer advertem sobre o aspecto utópico da obra. Até então, Marcuse teria sido o autor que mais enfatizou o problema da

---

<sup>1</sup> JAY, M. *A Imaginação Dialética*, p.135

repressão e defendeu que a atual organização da sociedade produziu “repressão excessiva” pela imposição de trabalho socialmente necessário, restrições desnecessárias sobre a sexualidade, e um sistema social organizado em torno do lucro e da exploração. Em face da redução da escassez e os vislumbres de maior abundância, Marcuse reivindicou o fim da “mais-repressão” e a criação de um novo modo de viver emancipado baseado numa mudança social e individual. Era o começo de sua utopia. Mais adiante, ele escreveu em *One-Dimensional Man* (1964) uma reflexão sobre os impedimentos que levaram a utopia de *Eros* não ser realizada. Mesmo assim, até o fim de sua vida afirmou importante papel da utopia na teoria e na prática política, inclusive obteve respaldo nos movimentos sociais. Jürgen Habermas, um dos autores mais significativos da Teoria Crítica foi o primeiro a diagnosticar o fim da utopia na sociedade do trabalho e chamar a atenção para temas da moral, esfera pública, direito e democracia, temas esses que faltaram à primeira geração da Teoria Crítica e que desde então, fazem parte do seu quadro teórico. Mais tarde, os teóricos que surgiram após Habermas deixaram, não só a questão da utopia, mas também a o conceito de Repressão de lado. A psicanálise permaneceu no interior das teorias posteriores e até hoje trás subsídios para o debate da Teoria Crítica. Não mais sob a égide de uma metapsicologia freudiana, mas agora abre espaço para novos autores como Mead na teoria do reconhecimento de Honneth, por exemplo. Porém a subtração do conceito de Repressão chamou atenção de Judith Butler, uma autora muito importante no cenário da Teoria Crítica atual. Ela defende que a repressão não precisa ser recolocada em discussão e trás novamente esse conceito num debate sobre o que seria para ela uma “ambiguidade em Foucault”, de modo a se contrapor a ideia de que não podemos mais pensar em termos de repressão, mas em termos de dispositivos.

Acerca da questão da utopia, procuraremos defini-la nos termos de Marcuse e depois procuraremos pensá-la no contexto que Seyla Benhabib a coloca, ao dialogar com os contemporâneos e retomar a história da Teoria Crítica. Para ela, os autores da primeira geração da Teoria Crítica tiveram que lidar com uma realidade em que o desencanto

com a primeira experiência de socialismo na União Soviética e as experiências do fascismo europeu e da destruição das comunidades judaicas da Europa haviam acabado com todas as esperanças de uma transformação revolucionária do capitalismo a partir dele mesmo. A teoria crítica viu-se confrontada com a tarefa de pensar o “radicalmente outro”.<sup>2</sup>

Pensar “radicalmente o outro” significava, para Horkheimer, ter clara uma distinção entre a verdade filosófica e a verdade científica. A primeira gerou a utopia que alimentou a esperança de um mundo inteiramente outro e a segunda é a consideração de que essa utopia é irrealizável. E Marcuse escreveu algo nesse sentido no artigo *Philosophie und kritische Theorie*, que reforça o argumento de Horkheimer:

Quando a verdade não é realizável dentro da ordem social existente, ela simplesmente assume para esta o caráter de utopia. (...) Tal transcendência não depõe contra, mas a favor da verdade. O componente utópico na filosofia foi, durante muito tempo, o único fator progressista, como a constituição do melhor Estado, do prazer mais intenso, da perfeita felicidade, da paz eterna. (...) Na teoria crítica, a obstinação há de ser mantida como uma qualidade genuína do pensamento filosófico.<sup>3</sup>

Benhabib observa que ambos não conseguiram fazer a tal distinção proposta por Horkheimer e depois de uma longa exposição sobre as transformações na “Crítica” em Adorno, Horkheimer e Marcuse, ela apresenta-nos o *diagnóstico da crise como filosofia retrospectiva da história com um propósito utópico*, sobre o qual pretendemos discorrer mais adiante no detalhamento desse projeto de pesquisa.

Por ora, discorreremos sobre nosso método e em seguida faremos o detalhamento de cada parte da nossa proposta. A primeira questão a se pensar com o intuito de delimitar o objeto dessa pesquisa, é por que esse conceito foi subtraído ao longo da história da Teoria Crítica? Para isso é necessário: **(I)** análise sistemática destes no autor que mais

2 BENHABIB, S. *Critique, Norm and Utopia*, p. 148.

3 *Philosophie und kritische Theorie*, *Zeitschrift für Sozialforschung*, 1937, p. 637, tradução minha.

os superestimou, Herbert Marcuse. Mostraremos como as noções e utopia e repressão é fundamental no diagnóstico de *Eros e Civilização* (1955), como se fundamenta nas obras intermediárias<sup>4</sup> até sua última *Counter-revolution and Revolt*, 1972 (*Contra-revolução e revolta*). No passo seguinte, (II) demonstraremos de maneira minuciosa que esse conceito desaparece e provavelmente, não é em vão. Certamente com a nova geração da Teoria Crítica (a partir de Habermas) que surge com a importante crítica ao *déficit democrático* que havia até então, apresenta-se uma nova problemática que, de certa maneira, saem de cena os dois conceitos que queremos tratar aqui. Esse momento de rever os autores que participaram dessa transformação no próprio modelo de Teoria Crítica é muito importante para entendermos o emaranhado teórico que nos afastou da temática anterior e de certa maneira, compreender também o que, do modelo original de Teoria Crítica ainda permanece.

Tendo clara a trajetória anterior, será possível mostrar como autoras (Judith Butler e Seyla Benhabib) contemporâneas trazem de volta os conceitos repressão para as discussões atuais, muito embora não sejam conceitos centrais em suas teorias. Do confronto hipotético entre os novos autores e um autor, digamos “das antigas”, é possível aprender muito sobre os percalços que hoje definem o próprio conceito de Teoria Crítica cuja atualidade parece inequívoca. A escolha dessas autoras não é aleatória, ela se dá por dois motivos principais: primeiro porque elas dão atenção especial aos conceitos (utopia e repressão) que queremos tratar. O segundo motivo é que ambas compartilham da aposta nos movimentos sociais pela emancipação, embora seja cada uma da sua maneira.

Entender o processo de repressão social e individual foi uma tarefa da Teoria Crítica com o subsídio da psicanálise por muito

4 *Eros and Civilization*, 1955 (*Eros e Civilização*, Zahar Editores, Rio de Janeiro), *Soviet Marxism*, 1958 (*Marxismo Soviético*, São Paulo, Saga, 1968), *One-Dimensional Man*, 1964 (traduzido para o português como *Ideologia da Sociedade Industrial*, Editora Zahar, Rio de Janeiro), *Das ende der Utopie*, 1967 (*O fim da Utopia*, Editora Civilização brasileira, RJ), *Psychoanalyse und Politik*, 1968 (Psicoanálises y política, Ediciones, Península, Barcelona), *Towards a Critical Theory of Society*, 1969 (*Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade*, Zahar Editores, RJ)

tempo. Ela foi fundamental para pensar, por exemplo, a possibilidade da autonomia no sujeito, posto que, com a perda da família patriarcal como agente principal da socialização, tornou-se possível a emergência de personalidades autônomas, através de práticas educacionais direcionadas para o desenvolvimento da capacidade crítica. Esse era um diagnóstico aceito por Marcuse, mas podemos dizer em síntese que ele propõe a possibilidade de um novo processo de socialização em que a repressão é significativamente diminuída (como observaremos a seguir).

A recepção da psicanálise ocorre de maneira peculiar na filosofia de Marcuse porque ele se oporá aos freudo-marxistas, especialmente a Fromm e a partir de então, definirá suas bases sobre como a psicanálise deve ser pensada no interior da Teoria Crítica. Esse é o momento em que sua teoria chega mais próximo aos propósitos de Adorno e Horkheimer. Entretanto, a atualidade da apropriação psicanalítica pela Teoria Crítica não está apenas na advertência ao revisionismo, como diz Rouanet. Apesar de isso ser uma forma muito importante de definir os seus limites, ela “não é guardiã de nenhuma ortodoxia, e não poderia, sem negar-se, bloquear o caminho do novo”.<sup>5</sup>

“Ninguém pode colocar-se como sujeito, a não ser como sujeito histórico”.<sup>6</sup> O importante papel das transformações históricas é um dos aspectos considerados no artigo de 1937, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, no qual Horkheimer caracteriza pela primeira vez o termo. Ele argumenta que a teoria perde o sentido se não for pensada a partir o *diagnóstico do tempo presente*, ou seja, é somente a partir da consideração de que as experiências se dão sempre dentro de um contexto histórico, que podemos detectar as diferenças fundamentais entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Como essa distinção é um ponto arduo que tomaria grande parte desse projeto, adotamos desde já a distinção proposta por Marcos Nobre no livro *A Teoria Crítica*.<sup>7</sup> Mas além do diagnóstico, ainda partiremos de outras duas, a saber: a *orientação para a emancipação* e o *comportamento crítico*.

5 ROUANET, S.P. p.373.

6 HORKHEIMER, 1980, p.152

7 NOBRE, M. *A Teoria Crítica*. p. 34-47.

O artigo de 1937 evidencia desde o começo a importância de salientar a própria concepção de teoria. É ela que será primordial para a distinção feita posteriormente. Aos poucos perceberemos que teoria pode significar teoria tradicional e que a crítica pode surgir em oposição às características descritas como tais. Todavia, se considerarmos, desde já que teoria crítica envolve *diagnóstico do tempo presente, orientação para a emancipação e comportamento crítico* e o que não se encaixa nessas “normas”, é Teoria Tradicional.

## ***(II) As bases da utopia: repressão nos termos de Marcuse, uma interpretação de Freud***

Motivado por um desejo de luta contra o fascismo voltou ao trabalho intelectual *Eros and Civilization*, Marcuse ousou defender que outros elementos na teoria de Freud continham amostras de um conteúdo inconsciente que motivava os instintos para a felicidade e liberdade. Estas amostras estão em obras de arte, na filosofia, em sonhos e outros produtos culturais. Fundamentado na leitura de Freud e de estudo de uma tradição emancipatória da filosofia e da cultura, ele esboçou os contornos de uma civilização não-repressiva, que envolveria o trabalho libidinal e não alienado, o jogo, a sexualidade livre e aberta, e a produção de uma sociedade e cultura que mais liberdade e felicidade. Sua visão da libertação antecipada de muitos dos valores da contracultura dos anos 1960 e o ajuda a tornar-se uma grande influência intelectual e política durante essa década.

Segundo Marcuse, a atual organização da sociedade produziu “repressão excessiva” pela imposição de trabalho socialmente necessário, restrições desnecessárias sobre a sexualidade, e um sistema social organizado em torno do lucro e da exploração. Em face da diminuição da escassez e as perspectivas de maior abundância, ele fomentava era fim da mais-repressão e a formação de uma nova sociedade, eis a sua utopia. Já que, a repressão é um fenômeno histórico, a subjugação efetiva dos instintos mediante controles repressivos não é imposta pela natureza, mas pelo homem, é, portanto contraditório que o próprio homem não possa mudar sua realidade. Mas desde a primeira era pré-histórica houve a restauração da dominação. Após

a primeira rebelião contra a dominação externa, a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas instituições. É essa a dinâmica mental que Freud desvenda como dinâmica da civilização.<sup>8</sup>

O desenvolvimento da psique é diferente do desenvolvimento da civilização, pois os indivíduos não precisam para sempre introjetar seus senhores e suas instituições. É neste sentido que há um excesso e repressão no indivíduo e na sociedade. Esse excesso de repressão, que se manifesta como uma ampliação daquelas restrições efetivamente necessárias para manter os interesses da dominação social, é denominado por Marcuse como “*Mais-Repressão*: as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-se da repressão (básica): as ‘modificações’ dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização.”<sup>9</sup>

O princípio de realidade surge com base na luta pela existência num mundo demasiado pobre, até então, para satisfazer qualquer necessidade é necessário trabalho penoso que ocupa praticamente todo o tempo da vida do indivíduo, o que configura um argumento para a repressão descrita por Freud. Contudo, a carência na sociedade vista por Marcuse já não é mais produto da realidade, mas de uma *organização* específica.

A racionalidade da dominação que ainda preserva a carência, a escassez e a coação que Marcuse chama de mais-repressão. Dessa forma, Marcuse enfatiza o elemento crítico e que teria faltado a Freud, ou seja, a consideração acerca da distinção entre as exigências do princípio de realidade e as exigências que alguma forma específica de dominação nos impõe em nome de uma *determinada* realidade. “Os vários modos de dominação (do homem e da natureza) resultam em várias formas históricas do princípio de realidade.”<sup>10</sup>

A repressão pode variar de acordo com a relação que cada princípio de realidade possui com o trabalho. Um exemplo desta relação

8 Ibidem, p. 32

9 Ibidem, p.51

10 Ibidem, p.52

é encontrado em *Eros e Civilização*<sup>11</sup>, quando Marcuse afirma que uma sociedade que trabalha para o consumo próprio é diferente daquela que pretende gerar lucro. Esta e outras diferenças são apontadas por Marcuse como fundamentais para a caracterização de um princípio de realidade que pode ser também modificado de acordo com as relações sociais, leis e as instituições. Ao se voltar para a realidade específica atual, vemos que já ultrapassamos aquele princípio de realidade descrito por Freud e vivemos sob os interesses da dominação que introduz controles adicionais (mais-repressão), além dos indispensáveis à formação da sociedade. Deste modo, há a proposta de outra denominação para o princípio de realidade freudiano, mais apropriada para dar conta do processo repressivo que submete os homens na sociedade industrial avançada, ou seja, não vivemos mais aquele princípio de realidade denominado em Freud. Agora estamos sob outro tipo de domínio e de repressão. Portanto, mais do que princípio de realidade seria adequado falar em princípio de desempenho, ou seja, a modalidade de repressão sobre as pulsões que ajusta os homens ao aparato técnico, político e econômico de dominação.

Por meio desses novos conceitos, podemos pensar que na possibilidade de haver outros princípios de realidade e que o princípio atual de desempenho poderá mudar, a partir do momento em que a sociedade mudar o seu “corpo” social, ou seja, quando ela não for mais estratificada de acordo com os desempenhos econômicos dos seus membros. A principal implicação da metamorfose conceitual proposta por Marcuse, ao empregar os conceitos de mais-repressão e princípio de desempenho, consiste na denúncia do anacronismo da dominação na sociedade da abundância. Nesta, tornam-se obsoletas as justificativas históricas da dominação. Sua tese central consiste na defesa de que, como vivemos em um período de exploração que poderá ser superado com o avanço tecnológico, as máquinas pouparão o tempo dos homens, de modo a liberar tempo livre para a realização das verdadeiras faculdades humanas. A escassez, ou seja, a condição de dependência humana frente ao poder da natureza deixou de ser justificativa para a mais-repressão, uma vez que o grau de domínio

<sup>11</sup> Ibidem, p.52

dos homens sobre a natureza no mundo contemporâneo proporciona a possibilidade concreta de realização das necessidades humanas fundamentais. Se a miséria e a dominação material persistem, tal existência anacrônica deixa de ser fruto dessa escassez e passa a ser uma consequência da má distribuição de recursos.

Além da diminuição do tempo de trabalho devido à mecanização, Marcuse também destaca o papel da arte na realização desta utopia concreta. Embora seja pouco acessível às grandes massas é esta que irá amenizar a racionalidade da sociedade tecnológica, evitando que a essência do homem seja apenas *logos*. Segundo Freud, no processo de formação mental, a única faculdade capaz de ligar o inconsciente ao consciente, o princípio de prazer ao princípio de realidade, por meio de sonhos e divagações, é a fantasia, porém ela é condenada à inutilidade<sup>12</sup>. Enquanto a consciência é socialmente útil para o progresso tecnológico, a fantasia é socialmente inútil, não apresenta função objetiva no mundo, a não ser através da arte. Como o id tem ligação com a memória da gratificação, a fantasia preserva a memória do passado dominado pelo princípio de prazer. Assim, para Marcuse, a arte, em oposição à realidade vigente, pode ser uma forma de libertação do princípio de desempenho.

A arte desafia o princípio predominante; ao representar a ordem da sensibilidade, invoca uma lógica tabu – a lógica da gratificação, contra a da repressão. Subentendido na forma estética sublimada, o conteúdo não sublimado transparece: a vinculação da arte ao princípio de prazer.<sup>13</sup> A arte, com seu papel amenizar a exacerbada racionalidade e valorização do homem como instrumento apenas de trabalho e a própria transformação do trabalho são alternativas de mudança na sociedade que só se efetivam se considerarmos o caráter histórico do princípio de desempenho. É importante salientar identificação entre o caráter histórico das pulsões e a sua natureza, posto que, o princípio de desempenho é semelhante ao princípio de realidade tal como pensado por Freud.

O conflito entre *Eros* e *Thanatos* se reduz na medida em que eles

<sup>12</sup> FREUD, S. 1981, p.94

<sup>13</sup> MARCUSE, H. 1955, P. 165.

possuem o mesmo objetivo, a saber, a gratificação. Nesta abordagem da *dialética da civilização*, o dualismo pulsional de Freud é adotado para argumentar que o futuro da humanidade depende da aptidão do homem para inverter a tendência basicamente repressiva da sociedade moderna. Como já vimos, essa tendência pode ser invertida na medida em que pulsões possam ser modificadas, para isso o princípio de realidade terá que se transformar, de modo que a mais-repressão seja eliminada. Com esse objetivo, a Utopia de Marcuse ganha suas primeiras formas.

O conceito de utopia é um conceito histórico e se refere a projetos de transformação social cuja realização é considerada impossível. Mas por quais razões são considerados impossível? Geralmente, quando se discute sobre utopia fala-se de irrealizabilidade como impossibilidade de traduzir em fatos concretos o projeto de uma nova sociedade, na medida em que os fatores objetivos e subjetivos de uma dada situação social se opõem à sua transformação. Trata-se da chamada imaturidade das condições sociais, que obstaculiza a realização de um determinado fim. Exemplo: os projetos comunistas durante a Revolução Francesa; ou para nos referirmos a um caso talvez atual, o socialismo nos países capitalistas mais altamente desenvolvidos. Ambos os exemplos dizem respeito, talvez, a uma real ou suposta ausência dos fatores subjetivos e objetivos que parecem capazes de possibilitar a realização de um determinado projeto.<sup>14</sup>

O trecho acima se refere a uma definição de utopia que Marcuse utiliza após aproximadamente dez anos da publicação de Eros em *O Fim da Utopia*. Aqui é ressaltada a importância da subjetividade e objetividade no momento de avaliar se algo é ou não realizável, pois são esses os fatores que determinam a capacidade de um projeto se realizar. O que não se pode fazer, segundo Marcuse, é deixar algum desses fatores de lado. Mas é o que geralmente acontece. As possibilidades utópicas não são totalmente utópicas, como se costuma pensar, mas antes são a negação histórico-social do existente e tomada de consciência delas, bem como a determinação consciente das forças que impedem a sua realização e que as negam. Requerem de nossa parte

14 MARCUSE, H. *O Fim da Utopia*, p. 15

uma obstinação muito realista e muito pragmática, “uma oposição livre de todas as ilusões, mas também de qualquer derrotismo, uma oposição que, graças a sua simples existência, saiba evidenciar as possibilidades da liberdade no próprio âmbito da sociedade existente.”<sup>15</sup>

Para que haja qualquer possibilidade de emancipação, é necessário “sonhar alto”, ter coragem de manter a utopia, posto que somente assim, seríamos capazes de nos livrar também da mais repressão e ter como horizonte aquilo que ainda não foi realizado, mas que ainda pode ser. É sobre esse caráter da “possibilidade extrema de liberdade”, sobre o “escândalo do salto qualitativo” e a coragem que a Teoria Crítica necessitaria para Marcuse ter de se utópica, que vamos trabalhar nessa tese.

### ***(III) Obsolescência e Retorno da Utopia e da Repressão na Teoria Crítica Contemporânea***

O objetivo dessa terceira parte da nossa proposta é mostrar como esses conceitos se tornam obsoletos e depois como eles retornam para a Teoria Crítica contemporânea com as autoras que pretendemos estudar. Como esse estudo é apenas hipotético, ainda não sabemos ao certo se elas vão precisamente corroborar com a nossa tese de que os conceitos tratados necessitam voltar para a gramática da Teoria Crítica, todavia esperamos que sim.

Em relação ao conceito de repressão, poderíamos dizer que ela toma um sentido muito diferente daquele tratado em Marcuse nas obras após Habermas, não fala mais em termos de indivíduos reprimidos, mas em indivíduos que necessitam lutar por “reconhecimento” como diria Honneth. Pretendemos analisar melhor como a hipótese repressiva aparece nesses autores e se o fato de não aparecer se dá apenas porque estamos diante de um novo modelo ou uma nova caracterização de Teoria Crítica.

Judith Butler nos apresenta uma crítica ao modelo foucaultiano, cuja política sexual também se reivindica como emancipatória, a derrubada do “sexo” resulta na liberação da multiplicidade sexual primária, uma noção não muito distante da postulação psicanalítica do

15 Ibidem, p.22

polimorfismo perverso primário ou da noção de Marcuse de um Eros bissexual original criativo, posteriormente reprimido por uma cultura instrumentalista.<sup>16</sup>

O problema de Foucault, segundo Butler é que ele quer tornar a hipótese repressiva ambígua e ela nos mostra que não é fácil se livrar dessa hipótese, ainda que sob o discurso do poder. Olhando para a *História da Sexualidade I* de Foucault, a autora chama atenção para o caso de Herculine Babine, uma hermafrodita que é obrigada pela justiça a se tornar homem. Na análise dos diários que Foucault realiza, ele tenta nos mostrar que não existe um sexo em si que não seja produzido por interações complexas de discurso de poder. Parece haver uma “multiplicidade de prazeres” em si que não é feita em qualquer interação específica de discurso/poder.

Em outras palavras, Foucault invoca o tropo de uma multiplicidade pré-discursiva que efetivamente pressupõe uma sexualidade “antes da lei”, a rigor, uma sexualidade à espera da sua emancipação dos grilhões do “sexo”. Por outro lado, ele insiste oficialmente em que a sexualidade e o poder são coextensivos, e em que não devemos pensar que, ao dizermos sim ao sexo, estamos dizendo não ao poder. Em seu modo antijurídico e antiemancipatório, o Foucault “oficial” argumenta que a sexualidade situa-se sempre no interior das matrizes de poder, sempre produzida ou construída no bojo de práticas históricas específicas, tanto discursivas como institucionais, e que o recurso a uma sexualidade antes da lei é ilusório e cúmplice das políticas sexuais emancipatórias.<sup>17</sup>

Butler torna nítida a ambigüidade de Foucault ao trazer o poder para o âmbito da discussão sobre repressão. Ao mesmo tempo, a repressão é necessária para libertar dos grilhões do “sexo” e é extensão do poder, pressupondo que há uma espécie de imperativo do sexo que não devemos aceitar pensando que estamos recusando o poder. Num segundo momento, ele afirma que não há sexualidade antes da lei e que cair nesse discurso é ser cúmplice de políticas sexuais e emancipatórias, portando ceder ao poder. A complexidade da teoria de Foucault não pode apenas ser resumida em tão poucas linhas, mas

16 BUTLER, J. *Problemas de Gênero*, p. 143

17 *Ibidem*, p.143

cabe ainda colocar aqui as questões da Butler para pensarmos mais tarde:

Mas parece que somos obrigados a perguntar: não há, mesmo no âmbito de uma ambigüidade sexual discursivamente constituída, algumas questões atinentes ao “sexo” e, na verdade, à sua relação com o “poder”, que impõem limites ao livre jogo das categorias sexuais? Em outras palavras, até que ponto o jogo é livre, seja ele concebido como multiplicidade discursivamente constituída?

Tais questões se remetem ao jeito “romanceado” com que Foucault trata os diários de Herculine, é como se o fato de ela ter um sexo não fosse uma pressão social, mas antes um jogo livre de poder. Precisamos verificar o que Foucault denomina como “políticas emancipatórias” e por que temos que ter cuidado com elas. Emancipação nos termos da Teoria Crítica significa (grosso modo) se livrar (ainda que não completamente) de certas formas de repressão, portanto a chave da repressão ainda é necessária. Para Horkheimer, como vimos, a Teoria Crítica não deve apenas ter *orientação para emancipação*, mas tal orientação deve ser contra qualquer tentativa utópica de superação da repressão, ou seja, é importante considerar a *crítica imanente*. Se o ancoramento no real é uma condição para a que haja crítica, então é imprescindível analisar, a todo momento, esse *real*, por isso é tão fundamental fazer o *diagnóstico do tempo presente*, de modo a garantir que, não somente potenciais emancipatórios sejam descobertos, mas também *os obstáculos* que impedem a realização deles.

Do modelo de Horkheimer até nossos dias, muitos diagnósticos de época foram feitos e o próprio conceito de crítica se reconfigurou ao ponto de o colocarmos em cheque. A Utopia também sofreu diversas transformações, mas é certo que a tendência desses últimos anos foi sempre jogá-la a margem, dado que era muito mais importante captar aquilo que na realidade emperra a emancipação. Nesse sentido, encontramos na crítica de Seyla Benhabib, uma maneira muito interessante de repensar essa categoria. Não obstante, o livro *Critique, Norm and Utopia* seja destituído de diagnóstico, é uma riquíssima crítica ao que foi produzido na Teoria Crítica até então. O importante

para nosso propósito especificamente é o *diagnóstico da crise como filosofia retrospectiva da história com um propósito utópico*.

Ou a teoria crítica deve rever a tese da unidimensionalidade, ou deve questionar sua própria possibilidade. Isso foi reconhecido por Claus Offe em 1968: a teoria crítica deve limitar a tese relativa a uma manipulação multiabrangente e admitir a presença de vazamentos no sistema de racionalidade repressiva, ou então deve renunciar à afirmação de ser capaz de explicar as condições de sua própria possibilidade.<sup>18</sup>

Essa crítica de Benhabib se estende, não só a unidimensionalidade de Marcuse, mas também à razão instrumental em geral. Ou a Teoria Crítica admite o vazamento do sistema repressivo, ou ela desiste de vez de explicar as condições de sua própria existência e possibilidade. Assim, não há como pensar em emancipação, sem considerar a chave repressiva e sem levar em conta também a Utopia.

Com a transformação da dominação política em administração racional, esvazia-se o conteúdo racional e emancipatório da tradição da lei natural. As normas emancipatórias deixam de ser iminentes às estruturas públicas e institucionais. Em vez disso, têm que ser buscadas na promessa utópica não cumprida da cultura, da arte e da filosofia (Adorno), ou nas estruturas profundas da subjetividade humana que se rebelam contra os sacrifícios exigidos por uma sociedade opressora (Marcuse).<sup>19</sup>

Do ponto de vista retrospectivo da história da filosofia, com o diagnóstico da administração total, Benhabib explicita a dificuldade das estruturas públicas de ter iminentes as normas emancipatórias. Por essa

18 Critical Theory must either revise the onedimensionality thesis or it must question its own very possibility. This was recognized by Claus Offe in 1968: Critical Theory “must either limit the argument concerning all-encompassing manipulation and must admit the presence of structural leaks within the system of repressive rationality, or it must renounce the claim to be able to explain the conditions of its own possibility”. BENHABIB, S. *Critique, Norm and Utopia*, p.179.

19 With the transformation of political domination into rational administration, the rational and emancipator content of the natural law tradition has been emptied out. Emancipator norms are no longer immanent in public and institutional structures. Instead, they have to be searched for in the unredeemed utopian promise of culture, art and philosophy (Adorn) or in deep structures of human subjectivity that revolt against the sacrifices demanded by an oppressive society (Marcuse). *Ibidem*, p. 180-181

possibilidade de emancipação estar congelada na lógica institucional, restava apenas a aposta utópica descrita como a arte e a filosofia para Adorno e nas estruturas profundas da subjetividade (que também inclui a arte) para Marcuse. Considerando a mudança no projeto original de Teoria Crítica orientada pelas bases normativas inscritas na proposta contemporânea, nossa tentativa aqui será reestabelecer os elos entre a chamada primeira geração da Teoria Crítica e as atuais reflexões acerca da importância da democracia. Essa tarefa será executada tendo como pano de fundo a relação entre psicanálise e Teoria Crítica, guiada pela hipótese de quem os conceitos de repressão e utopia são fundamentais para a emancipação, ainda que nos termos da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENHABIB, Seyla. *Critique, Norm and Utopia. A Study of the Foundations of Critical Theory*. Columbia University Press, 1986.
- BOLTANSKI, J.L. e Chiapello, È. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONß, W. [Psychoanalyse als Wissenschaft und Kritik. Zur Freud-Rezeption der Frankfurter Schule](#), in: Wolfgang Bonß / Axel Honneth (Hrsg.), *Sozialforschung als Kritik. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie*. Suhrkamp, 1982, S. 367-425.
- BUTLER, J. Was ist Kritik? Ein Essay über Foucaults Tugend. IN: Was ist Kritik?  
 \_\_\_\_\_ *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- DUBIEL, H. *Theory and Politics: studies in the development of Critical Theory*. Tradução de Benjamim Gregg, Londres MIT Press, 1985.
- FREUD, Sigmund. *Das Ich und das Es*. Gesammelte Werke: chronologisch geordnet, in Einzelbänden XIII. (1920-1924), S.Fischer Verlag, 1991a.
- \_\_\_\_\_ *Die Zukunft einer Illusion. Das Unbehagen in der Kultur*. Gesammelte Werke: chronologisch geordnet. (1925-1931). S.Fischer Verlag, 1991b.



*Obras Psicológicas Completas de Freud*, Trad. Jaime Salomão, Rio de Janeiro: Editora Standart brasileira, Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Mal Estar na Civilização*. Tradução Jaime Salomão. São Paulo: Editor Abril Cultural, 1974 a.

HABERMAS, J. *A Nova Intransparência. A Crise do Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas*. Tradução de Carlos Alberto Marques Novaes. Novos Estudos CEBRAPnº 18, setembro, 87 pp. 103-114.

HONNETH, A. BONB, W. *Sozialforschung als Kritik*. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie Herausgegeben. Suhrkamp Taschenbuch wissenschaft. Frankfurt, 1982.

HORKHEIMER, M. *Autoridad y Familia* (1936). Teoria Critica. Amorrortu editores, Buenos Aires-Madri. 2003.

\_\_\_\_\_. *Egoísmo y Movimiento Libertador* (1936). In: *Teoria Critica*. Amorrortu editores, Buenos Aires-Madri. 2003.

\_\_\_\_\_. Filosofia e Teoria Critica. *Os Pensadores*. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. *Teoria Tradicional e Teoria Critica*. In: *Os Pensadores*. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. e ADORNO, T. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2006.

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética*. História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. ED. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

MARCUSE, H. *Eros and Civilization. A Philosophical Inquiry into Freud*. Boston, Beacon Press: 1974.

\_\_\_\_\_. *Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Trad. Álvares Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

\_\_\_\_\_. Ideias Sobre uma Teoria Crítica da sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Tradução Giasone

Rebuá, Rio de Janeiro Editora Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade como Obra de Arte*. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 60, julho de 2001, p.p 45-52.

\_\_\_\_\_. *One-dimensional Man: studies in the ideology of Advanced Industrial Society*, Beacon Press. 1991.

\_\_\_\_\_. *Razão e Revolução*. Tradução: Marília Barroso. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969.

\_\_\_\_\_. (1998) *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Fim da Utopia*. Tradução de Calos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARIN, I.L. *Psicanálise e Emancipação na Teoria Critica*. In: *Curso Livre de Teoria Critica*, Campinas: Papyrus, 2008.

MELO, R. *Autonomia, justiça e democracia Contextos da justiça: Filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo de Rainer Forst*. Trad. Denilson Luis Werle. Sao Paulo: Boitempo, 2010. 384 pp.

MONZANI. *Desejo e Prazer na Idade Moderna*. Ed. Unicamp, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. CAMPINAS: EDUNICAMP, 1989. v. 3000. 200 p.

NOBRE, M. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. “A idéia de Teoria Crítica”, in MÜLLER, M. C.; CENCI, E. M. (orgs.)

*Ética, Política e Linguagem. Confluências*. Londrina: Edições CEFIL, 2004.

\_\_\_\_\_. *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papyrus, 2008.

\_\_\_\_\_. “Teoria critica hoje”. In: Keinert, M. e outros (orgs.). *Tensões e passagens: filosofia crítica e modernidade*. Sao Paulo: Singular/ Esfera Publica, 2008.

PIPIN, R., FEENBERG, A., WBEL, C.P., *Critical Theory & The Promise of Utopia*. Macmillan Education, 1988.

ROUANET, S. Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, 1989.

Wesche, T. Jaeggi, R. Was ist Kritik? *Frankfurt a.M. T (eds) 2009*.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. História, desenvolvimento teórico, significação política. DIFEL, Trad. Lilyane Deroche-Gurgel. Rio de Janeiro, 2002.

---

**ESFERA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA:  
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ENQUANTO  
PROPOSTA NORMATIVA NO PENSAMENTO  
HABERMASIANO**

JOSÉ ASSAI

**RESUMO:**

Há 50 anos Habermas publicou “Mudança Estrutural da Esfera Pública”. Para o filósofo de Stanberg, herdeiro da Teoria Crítica, esfera pública – razão – discurso, são os temas fundamentais em sua extensa atividade acadêmica/pesquisa. A esfera pública, particularmente, é pensada no interior do Estado de direito democrático; não restando dúvidas no que diz respeito à importância no processo de formação da opinião pública e da vontade no âmbito da sociedade civil. Tomando por fundamento tais premissas, Habermas está convencido de que a democracia apresenta-se tanto como força cratológica do Estado quanto instância possibilitadora para práticas emancipatórias. Pretendemos demonstrar nesse artigo que Habermas ratifica a participação política dos cidadãos como fundamento e telos efetivo da democracia realizada procedimental-deliberativamente no interior da esfera pública. Nesse sentido, o Orçamento Participativo (*Bürgerhaushalt*), especificamente em sua arquitetura principiológica, candidata-se enquanto cariz normativa e um eficaz instrumento participativo da/na esfera pública política (*Politische Öffentlichkeit*).

**Palavras-chaves:** Esfera Pública. Democracia. Orçamento Participativo.

PUBLIC SPHERE DEMOCRATIC PARTICIPATION: